

**CURSO DE COMANDOS DE FORÇA AÉREA: UMA ANÁLISE SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS À REALIZAÇÃO DAS
AÇÕES DIRETAS, À LUZ DA DCA 1-1¹**

***AIR FORCE COMMANDOS COURSE: AN ANALYSIS ON THE DEVELOPMENT OF
SKILLS NECESSARY TO CARRY OUT DIRECT ACTIONS, IN LIGHT OF DCA 1-1***

Pedro Lobo Richezza de Farias²
Aurélio Nascimento de Azevedo^{3*}

RESUMO

Este artigo científico apresenta uma análise aprofundada do Curso de Comandos da Força Aérea (CCFA), ministrado pelo Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (EAS), com ênfase em sua estrutura formativa e na preparação de militares para a execução de Ações Diretas, conforme previsto na Doutrina de Operações Especiais da Força Aérea Brasileira (FAB) e Doutrina Básica Da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1). A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, fundamenta-se na análise de documentos institucionais da FAB, como a ICA 37-708, DCA 1-1, ROCA 21-57, MCA 55-42 e MCA 37-709, bem como em referenciais teóricos de autores como Perrenoud, Luckesi e Pierry, que tratam do desenvolvimento de competências no campo educacional. O estudo destaca a importância da integração entre treinamento técnico-operacional, avaliação formativa e desenvolvimento de competências cognitivas. Nesse sentido, identifica-se que o CCFA promove a formação de Operadores Especiais capazes de atuar com autonomia, precisão e discernimento ético em cenários de alto risco. As fases do Curso, distribuídas ao longo de três meses, visam selecionar e capacitar candidatos para responderem aos desafios contemporâneos das missões de Ação Direta, como infiltrações, sabotagens e neutralizações cirúrgicas. O artigo conclui que o CCFA representa uma ferramenta estratégica de alta relevância para a prontidão da FAB, consolidando-se como um modelo de formação integral, pautado na excelência técnica e na formação ética do combatente. Assim, contribui para o fortalecimento das capacidades institucionais da Aeronáutica e da eficácia operacional das tropas de elite do PARA-SAR.

Palavras-chave: Curso de Comandos de Força Aérea; Ação Direta; Desenvolvimento de Competências; Doutrina Básica Da Força Aérea Brasileira (DCA 1-1).

¹ Artigo de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Formação de Oficiais de Infantaria (CFOInf) da Academia da Força Aérea (AFA).

² Cadete de Infantaria do 4º Esquadrão (Turma Ártemis, 2025).

^{3*} Maj QOINF Aurélio Nascimento de Azevedo, Comandante do Grupo de Segurança e Defesa de Pirassununga (GSD-YS), com Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAOAR). E-mail: azevedoana@fab.mil.br.

ABSTRACT

This scholarly article presents an in-depth analysis of the Air Force Commandos Course (CCFA), conducted by the Airborne Rescue Squadron (EAS), with an emphasis on its formative structure and the preparation of military personnel for the execution of Direct Action missions, as established in the Brazilian Air Force's Special Operations Doctrine and Basic Doctrine (DCA 1-1). The research, qualitative and exploratory in nature, is based on the analysis of institutional documents from the Brazilian Air Force, such as ICA 37-708, DCA 1-1, ROCA 21-57, MCA 55-42 and MCA 37-709, as well as on theoretical frameworks from authors like Perrenoud, Luckesi, and Pierry, who address the development of competencies in the educational field. The study highlights the importance of integrating technical-operational training, formative assessment, and the development of cognitive, tactical, and emotional competencies. In this context, the CCFA is shown to foster the formation of Special Operators capable of acting with autonomy, precision, and ethical discernment in high-risk scenarios. The course, structured over a three-month period, is designed to select and train candidates to meet the contemporary challenges of Direct Action missions, such as infiltration, sabotage, and surgical neutralization. The article concludes that the CCFA represents a highly relevant strategic tool for the operational readiness of the Brazilian Air Force, standing out as a model of integral training based on technical excellence and the ethical formation of the combatant. Thus, it contributes to strengthening the institutional capabilities of the Air Force and the operational effectiveness of PARA-SAR elite troops.

Keywords: Air Force Commandos Course; Competency Development; Brazilian Air Force's Special Operations Doctrine and Basic Doctrine (DCA 1-1).

INTRODUÇÃO

Antes de abordar o Curso de Comandos da Força Aérea (CCFA), mostra-se essencial compreender a trajetória do paraquedismo militar no Brasil. Essa história teve início em 1943, na antiga Escola de Aeronáutica no Campo dos Afonsos (RJ), onde se propôs, pela primeira vez, o emprego de paraquedistas em missões de salvamento — uma iniciativa que, embora inicialmente enfrentasse resistência, foi determinante para a consolidação dessa atividade no país (INCAER, 2015). Em 1946, o Brasil passou a defender oficialmente o uso de paraquedistas em operações de Busca e Salvamento (SAR), resultando, em 1959, na formação da primeira turma de paraquedistas militares (INCAER, 2019). Posteriormente, em 1963, foi criada a 1ª Esquadrilha Aeroterrestre de Salvamento, composta por militares dos Campos dos Afonsos e de Cumbica, a qual daria origem ao atual Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (EAS), sediado na Base Aérea de Campo Grande (BACG).

A criação do PARA-SAR refletiu a crescente demanda da Força Aérea Brasileira (FAB) por tropas altamente especializadas, aptas a executar Ações de Força Aérea em relação às Operações Especiais, conforme estabelecido no Regulamento Operacional de Comando e Controle Aéreo (ROCA 21-57). A complexidade crescente das missões atribuídas ao PARA-SAR impõe a necessidade de Operadores Especiais com elevada qualificação, sobretudo para a condução de Ações Diretas — operações rápidas, cirúrgicas e de alto risco, realizadas em ambientes hostis.

Nesse contexto, o Curso de Comandos de Força Aérea, ministrado pela própria unidade, constitui-se como o principal programa de formação dos militares selecionados para integrar as Operações Especiais da FAB. A importância do CCFA vai além do treinamento físico e técnico. Trata-se de um processo formativo abrangente, voltado ao desenvolvimento de competências cognitivas, táticas e éticas, indispensáveis à atuação segura e eficaz em cenários operacionais extremos. Compreender até que ponto o Curso atende às exigências doutrinárias e operacionais impostas aos militares de Operações Especiais do PARA-SAR torna-se, dessa forma, essencial. Essa análise será orientada por documentos institucionais, como a Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA 37-708), a Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 1-1) e o Regulamento Operacional do Comando Aéreo (ROCA 21-57).

Diante desse cenário, esta pesquisa busca responder à seguinte questão-problema: o Curso de Comandos da Força Aérea (CCFA) prepara, de forma eficaz, os Operadores do PARA-SAR para atender às exigências específicas das Ações Diretas, conforme estabelecido nas Tarefas e Ações de Força Aérea previstas na DCA 1-1? Como objetivo geral, propõe-se analisar a eficácia do CCFA na formação de Operadores Especiais aptos a atuar com autonomia, precisão e discernimento tático em missões críticas, em consonância com os princípios doutrinários da Força Aérea Brasileira e os objetivos formativos descritos em seus instrumentos pedagógicos.

Para alcançar esse propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Descrever a estrutura, as fases e os conteúdos do CCFA, com base na ICA 37-708, no Currículo Mínimo e no Plano de Unidade Didática (MCA 37-709) vigente;
- Identificar as competências operacionais, técnicas e comportamentais exigidas para a execução das Ações Diretas, segundo a DCA 1-1, o ROCA 21-57 e o Manual de Operações Especiais (MCA 55-42);
- Avaliar em que medida os métodos instrucionais e conteúdos programáticos do CCFA estão alinhados às Tarefas e Ações de Força Aérea descritas na DCA 1-1, especialmente no que se

refere à Ação Direta, relacionando tais exigências com os objetivos educacionais definidos no Plano de Curso;

- Relacionar os fundamentos pedagógicos empregados no Curso com teorias educacionais contemporâneas, como as de Perrenoud, Luckesi e Pierry, buscando compreender como esses referenciais dialogam com a formação por competências exigida em Operações Especiais; e
- Verificar o impacto do CCFA na formação de Operadores capazes de atuar com eficácia, discernimento e ética em missões críticas de alta complexidade, especialmente aquelas que envolvem infiltrações, sabotagens, designação de alvos e neutralizações pontuais.

Por meio dessa análise, pretende-se contribuir para o aprimoramento contínuo do Curso de Comandos de Força Aérea, fornecendo subsídios para uma eventual revisão curricular baseada em evidências. Ao final da pesquisa, pretende-se apresentar uma tabela comparativa entre as exigências doutrinárias previstas na DCA 1-1 (Tarefas e Ações de Força Aérea) e os conteúdos estruturantes do CCFA, de modo a identificar convergências, lacunas e oportunidades de alinhamento. Com isso, almeja-se consolidar o CCFA como uma ferramenta estratégica e pedagógica fundamental para a prontidão operacional e a projeção do poder aeroespacial brasileiro.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se na análise do desenvolvimento de competências no contexto do Curso de Comandos da Força Aérea, com ênfase na formação de Operadores Especiais aptos a executar as Ações Diretas, conforme previsto na doutrina de Operações Especiais da Força Aérea Brasileira. A investigação articula documentos oficiais, como a Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 1-1), a Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA 37-708) e o Regulamento Operacional do Comando Aéreo (ROCA 21-57), com teorias educacionais contemporâneas de autores como Philippe Perrenoud, Cipriano Carlos Luckesi e Felipe Pierry, buscando compreender o processo formativo para além do adestramento técnico.

Segundo Perrenoud (1999; 2000), competência é definida como a capacidade de mobilizar, de forma integrada e eficaz, conhecimentos, habilidades e atitudes para enfrentar e resolver situações complexas, muitas vezes imprevisíveis. Essa definição alinha-se diretamente às exigências operacionais que o PARA-SAR faz, principalmente no contexto das Ações Diretas, que demandam

decisões rápidas e eficazes em ambientes hostis, sem perder a ética e moral, ensinadas pela instituição, nas ações. Perrenoud também destaca a importância da aprendizagem situada e da construção da autonomia profissional, o que reforça a necessidade de um processo formativo que insira o militar em contextos reais ou simulados de alta complexidade, promovendo a internalização das capacidades operacionais. Além disso, o autor enfatiza a relevância da avaliação formativa e contínua como ferramenta essencial para o aprimoramento das competências. Essa forma de avaliação contribui para que o instruído identifique seus progressos e fragilidades, permitindo ajustes e avanços ao longo do percurso formativo. No âmbito do CCFA, esse tipo de avaliação é claramente importante, porque favorece o desenvolvimento de Operadores capazes de atuar com discernimento tático e controle emocional sob forte pressão.

Cipriano Carlos Luckesi (2005; 2011), de maneira complementar, propõe uma visão da avaliação enquanto ato ético e emancipador, que deve promover o desenvolvimento humano e não somente classificar desempenhos. Em contextos militares de alto rigor como o CCFA, essa abordagem amplia a compreensão da avaliação como parte estruturante e essencial do processo educativo, valorizando não somente o desempenho técnico, mas também a resiliência emocional, a autocrítica e a reflexão ética dos Alunos. Luckesi argumenta que a avaliação diagnóstica e processual deve ser orientada pela promoção da aprendizagem, permitindo ao militar perceber sua evolução e protagonizar seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Felipe Pierry (2006) complementa essa perspectiva ao defender que o desenvolvimento de competências deve integrar dimensões cognitivas e técnicas, de modo coerente com as exigências do mundo contemporâneo. No contexto da formação militar especializada, essa visão pressupõe que o sujeito seja preparado não somente para executar tarefas com excelência, mas para adaptar-se de forma autônoma, cooperativa e estratégica a cenários operacionais instáveis e dinâmicos. Pierry também destaca a intencionalidade pedagógica e a articulação entre teoria e prática como elementos essenciais na formação por competências.

Dessa forma, compreende-se que a formação do Operador Especial, especialmente no que se refere às Ações Diretas, deve ser entendida como um processo educativo completo, que ultrapassa, mas não descarta, o treino físico e técnico. Trata-se da constituição de um sujeito capaz de tomar decisões sob pressão, agir com ética e operar com eficiência em missões de altíssimo risco. O CCFA, nessa perspectiva, revela-se não somente como um curso técnico-operacional, mas como uma experiência formativa profundamente ancorada em princípios pedagógicos e avaliativos modernos, que buscam formar profissionais competentes, resilientes e estrategicamente preparados.

De maneira complementar, o desenvolvimento de competências no contexto do CCFA deve considerar os objetivos pedagógicos expressos no Currículo Mínimo e no Plano de Unidade Didática do Curso, os quais norteiam a articulação entre os conteúdos, as atividades práticas e os métodos de avaliação. Tais documentos serão analisados em paralelo com a DCA 1-1, a fim de verificar sua aderência às Tarefas e Ações de Força Aérea atribuídas ao Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa, como dito anteriormente no resumo, adota uma abordagem qualitativa e de natureza exploratória (GIL, 2008), voltada à análise da eficácia do Curso de Comandos da Força Aérea na formação de Operadores Especiais aptos à execução da Ação de Força Aérea de Ação Direta. Fundamentada na análise documental e bibliográfica, o estudo busca compreender em que medida os objetivos formativos do Curso correspondem às competências exigidas para o desempenho das referidas ações no contexto das Operações Especiais da Força Aérea Brasileira.

A pesquisa documental teve como principais fontes os normativos institucionais da FAB, com destaque para: a Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA 37-708), que define o currículo mínimo do CCFA; a Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 1-1), que regulamenta as Ações de Força Aérea; e o Regulamento Operacional do Comando Aéreo (ROCA 21-57), que estabelece a estrutura e as atribuições do Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (PARA-SAR). Esses documentos foram examinados com base em critérios de correspondência entre os conteúdos, métodos e objetivos do Curso, e as atribuições operacionais e comportamentais exigidas nas missões de Ação Direta.

Além disso, foram analisados o Currículo Mínimo e o Plano de Unidade Didática do CCFA, com foco nas disciplinas, objetivos educacionais, carga horária e competências previstas. A comparação sistemática desses documentos com a DCA 1-1 permitirá avaliar o alinhamento entre a formação proposta e as exigências doutrinárias para as Operações Especiais da FAB.

Foi realizada, de forma a auxiliar este artigo, uma revisão bibliográfica com o objetivo de embasar pedagogicamente a análise. Para isso, foram utilizados referenciais teóricos contemporâneos sobre desenvolvimento de competências e avaliação formativa como visto anteriormente. Tais autores oferecem subsídios para compreender a formação militar não somente

como adestramento técnico, mas como um processo educacional amplo, voltado ao desenvolvimento ético, cognitivo e emocional dos Alunos.

Por tratar-se de uma análise documental e bibliográfica, a pesquisa não envolve a coleta de dados junto a seres humanos, não apresentando, dessa forma, implicações éticas diretas. Ainda assim, foram respeitados os princípios de rigor metodológico, fidelidade às fontes e uso ético das informações públicas e restritas. O conjunto dessas etapas visa proporcionar uma compreensão crítica sobre a efetividade do CCFA como instrumento de formação estratégica no contexto das Operações Especiais da Aeronáutica.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 DESENVOLVIMENTO DO PARAQUEDISMO MILITAR NO BRASIL

O paraquedismo militar representa uma vertente essencial da estratégia militar moderna, pois possibilita a realização de operações rápidas e eficazes em áreas de difícil acesso ou de alta relevância tática. No Brasil, essa modalidade foi introduzida durante a Segunda Guerra Mundial, tendo como marco inicial o trabalho pioneiro de Achilles Hypolito Garcia, conhecido como Charles Astor, em 1943. Instrutor de ginástica acrobática na antiga Escola de Aeronáutica, localizada no Campo dos Afonsos, no Estado do Rio de Janeiro, Astor propôs a utilização de paraquedistas em operações de salvamento — uma inovação significativa para o contexto da época (INCAER, 2015).

Apesar de enfrentar resistência inicial, motivada pela impopularidade da prática, pelos receios quanto à sua aplicabilidade e pelas limitações tecnológicas dos equipamentos disponíveis, sua proposta tornou-se precursora da doutrina de emprego aeroterrestre da Força Aérea Brasileira. Essa iniciativa foi determinante para a consolidação do paraquedismo no país e, futuramente, para a criação do Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (PARA-SAR), unidade de elite da FAB especializada em Operações Especiais e Busca e Salvamento em Combate (CSAR) (INCAER, 2019).

A partir dessa base, o paraquedismo passou por um processo contínuo de evolução e institucionalização nas Forças Armadas. A origem formal do paraquedismo militar brasileiro remonta à década de 1940, com a criação da Escola de Paraquedistas do Exército, fortemente influenciada por modelos norte-americanos e europeus (INCAER, 2019). A crescente necessidade de maior mobilidade e de resposta rápida às ameaças contemporâneas impulsionou a adoção dessa

técnica, incorporada às doutrinas militares. Nos anos 1950, houve significativo investimento no aprimoramento dos treinamentos e na aquisição de equipamentos modernos, culminando, na década de 1960, com a criação da Brigada de Infantaria Paraquedista, consolidando o paraquedismo como força estratégica nacional.

O uso de tropas paraquedistas proporcionou maior flexibilidade às operações militares. Além de sua aplicação em missões de combate, passaram a ser empregados em ações humanitárias, evacuações aeromédicas, apoio em desastres naturais e treinamentos conjuntos com forças internacionais, com o apoio de aeronaves e tecnologias que ampliaram a capacidade de projeção de força (INCAER, 2019). O domínio do salto militar, especialmente em modalidades como salto livre operacional (SLO) e salto de grande altitude e abertura tardia (HALO/HAHO), passou a ser considerado um diferencial tático entre as tropas de Operações Especiais (Leal, 2017).

A consolidação do paraquedismo militar no Brasil demonstra o compromisso das Forças Armadas com a inovação e a adaptação às exigências estratégicas do cenário contemporâneo. O contínuo investimento em tecnologia, doutrina e qualificação resultou na criação de uma força altamente especializada, apta a operar em múltiplos cenários de risco. Nesse contexto, o paraquedismo tornou-se um dos pilares da formação de uma futura tropa de Op Esp da FAB, o PARA-SAR, cuja atuação demanda elevado domínio técnico e psicológico em ambientes hostis (INCAER, 2019).

3.2 ORIGEM DO ESQUADRÃO AEROTERRESTRE DE SALVAMENTO

O surgimento do Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento está intimamente ligado à evolução do paraquedismo militar no Brasil. Como unidade de elite da Força Aérea Brasileira, o PARA-SAR especializou-se em missões de Busca e Salvamento (SAR), desempenhando papel fundamental em situações de emergência, operações de apoio e, posteriormente, em ações de Operações Especiais. Sua criação foi motivada pela crescente necessidade da FAB de contar com uma tropa tecnicamente preparada e operacionalmente autônoma para atuar em ambientes hostis e de difícil acesso (INCAER, 2019).

Em 2 de agosto de 1963, foi oficialmente criada a 1ª Esquadrilha Aeroterrestre de Salvamento, inicialmente composta por militares oriundos das bases de Afonsos (RJ) e Cumbica (SP). Esta iniciativa institucionalizou o esforço que já vinha sendo desenvolvido desde a década anterior para empregar paraquedistas em missões de resgate. Com o crescimento do tráfego aéreo

no país e a consequente ampliação das demandas por resposta rápida em acidentes aeronáuticos, a FAB expandiu a unidade, culminando, em 1973, na criação do Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento, posteriormente sediado na Base Aérea de Campo Grande (INCAER, 2019).

Desde seu início, o PARA-SAR teve seu alicerce doutrinário construído com base em experiências internacionais, em especial na integração de conceitos de resgate aeroterrestre e operações não convencionais, adaptados à realidade brasileira. O treinamento intenso e multidisciplinar moldou uma tropa com alto grau de especialização, destacando-se rapidamente como referência dentro da FAB. Sua atuação foi gradualmente ampliada para além das missões de salvamento, passando a englobar cenários de combate, desastres naturais e operações humanitárias (INCAER, 2019).

A capacidade de operar em diversos ambientes — florestas, montanhas, mar e áreas urbanas — tornou o PARA-SAR uma das unidades mais versáteis e respeitadas das Forças Armadas. Seus lemas — “Na selva, no ar, no mar” e “Nossa lida, vossa vida” — ilustram a amplitude de sua atuação e o compromisso com a preservação de vidas, mesmo sob condições extremas.

Sua importância estratégica é evidenciada tanto pela execução de missões de alto risco quanto pela integração com outras forças armadas e agências civis, nacionais e internacionais. O constante aprimoramento doutrinário, tático e tecnológico assegura à FAB uma força de pronta-resposta com elevado grau de eficácia, essencial tanto para a segurança nacional quanto para operações combinadas (INCAER, 2019).

A criação e o desenvolvimento do PARA-SAR foram decisivos para o fortalecimento da capacidade operacional da Força Aérea Brasileira (INCAER, 2019). A unidade permanece como referência de excelência no preparo de militares para missões críticas e de alta complexidade, funcionando também como base formadora dos Operadores Especiais, onde os Alunos passam pelo Curso de Comandos da Força Aérea, principal programa de formação em Op Esp da FAB.

3.3 CURSO DE COMANDOS DE FORÇA AÉREA

3.3.1 Criação do Curso de Comandos de Força Aérea

A gênese das Unidades de Operações Especiais remonta à Segunda Guerra Mundial, contexto no qual emergiu a necessidade estratégica de constituir forças com elevada capacidade de infiltração, sabotagem, reconhecimento e guerra irregular. Nesse período, destacaram-se como

precursores o *Special Air Service* (SAS) britânico, fundado em 1941 — notadamente empregado em operações clandestinas por trás das linhas inimigas no Norte da África —, bem como, no teatro de operações do Pacífico, os *Rangers* e os *Marine Raiders* norte-americanos, que desempenharam missões análogas, voltadas à Ação Direta e ao apoio a movimentos de resistência (Clancy, 2001; Rottman, 2005).

Essas forças serviram de modelo para a criação de unidades de elite em diversos países, incluindo o Brasil, com foco na adoção de táticas não convencionais, flexibilidade operacional e elevada capacidade técnica. De acordo com Pinheiro (2012, p. 78), a consolidação das Forças de Operações Especiais brasileiras está diretamente relacionada à tradição de profissionalismo, autonomia e confiabilidade das Forças Armadas, o que favoreceu, desde a década de 1950, uma cooperação estratégica com os Estados Unidos em treinamentos, doutrina e capacitação, sem que houvesse presença militar estrangeira em território nacional. Essa interação permitiu a assimilação de modelos operacionais aliados e a construção de uma doutrina própria, adaptada às exigências da segurança hemisférica e da atuação multilateral.

Atualmente, as Operações Especiais (Op Esp) são compostas por unidades altamente treinadas para atuar em ambientes de alto risco, realizando incursões furtivas, resgates de reféns, combate ao terrorismo, reconhecimento especial, sabotagem de infraestruturas críticas e intervenções em zonas de conflito. Sua atuação destaca-se tanto na segurança nacional quanto em operações humanitárias e missões internacionais (Pinheiro, 2011; Urban, 2010).

No âmbito da Força Aérea Brasileira, essa necessidade deu origem ao Curso de Comandos da Força Aérea (CCFA), estruturado com o objetivo de qualificar militares para missões de combate não convencionais em ambientes hostis e de elevada complexidade. Diante das novas ameaças do século XXI, tornou-se imprescindível a criação de um programa que extrapolasse os padrões tradicionais de formação militar, capacitando Operadores aptos a atuar com precisão, resiliência e agressividade controlada em cenários extremos (Ministério da Defesa, 2018; Pinheiro, 2012).

Inspirado em programas internacionais de referência, o CCFA submete seus participantes a uma rotina intensa de treinamentos físicos, psicológicos e técnicos. Desde sua primeira turma, consolidou-se como modelo de excelência em Operações Especiais no Brasil. O Curso contempla disciplinas como sobrevivência, evasão, infiltração, resgate, combate urbano e rural, ministradas em ambientes que simulam com realismo as condições do Teatro de Operações (Ministério da Defesa, 2018).

Além das exigências técnicas, o Curso demanda uma preparação pessoal abrangente — física, intelectual, emocional e administrativa. A ausência de estrutura pessoal ou familiar pode comprometer o rendimento do Aluno, refletindo-se, inclusive, em sua desistência. Essa exigência revela uma dimensão pedagógica implícita: a formação do Operador como sujeito autônomo, responsável e reflexivo. A autoconfiança e a maturidade emocional são desenvolvidas ao longo do processo, em sintonia com a capacitação técnica, resultando na consolidação da identidade profissional do Operador Especial da Força Aérea Brasileira.

3.3.2 Fases do CCFA

O CCFA é estruturado em diversas fases rigorosamente planejadas para selecionar, capacitar e avaliar os Candidatos em suas dimensões física, técnica, intelectual e emocional. O Curso de Comandos de Força Aérea tem duração de quinze semanas ininterruptas, com atividades distribuídas entre diferentes localidades do Brasil, como Campo Grande-MS, Pirassununga-SP, Rio de Janeiro-RJ, Petrolina-PE, Manaus-AM e Ladário-MS (Ministério da Defesa, 2025).

Sua estrutura está delineada no Currículo Mínimo e detalhada no Plano de Unidade Didática, que estabelece as competências a serem desenvolvidas em cada fase, o conteúdo programático e as formas de avaliação. Esses documentos servirão de base para verificar a aderência entre a formação proposta e as Ações de Força Aérea previstas na DCA 1-1.

As principais fases do Curso são:

a) Fase Administrativa

Antecede o início oficial e tem caráter seletivo. Nela são verificadas as condições básicas dos Candidatos para matrícula, incluindo inspeção de saúde (Letra B), aprovação no Teste Inicial de Conhecimento (TIC) e no Teste de Avaliação do Condicionamento Físico Específico (TACFE). É o momento em que o Candidato também organiza sua vida pessoal, familiar e financeira, preparando-se para um período de dedicação total (Ministério da Defesa, 2025).



Figura 1 Teste de Avaliação do Condicionamento Físico Específico (TACFE) aplicado aos Candidatos na fase administrativa do CCFA

Fonte: Recuperado de

<https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/30885/TREINAMENTO%20-%20AFA%20sedia%20abertura%20do%20Curso%20de%20Comandos%20de%20For%C3%A7a%20A%C3%A9rea%202017>.

b) Fase de Seleção

Nesta fase ocorre o nivelamento inicial e a observação das qualidades psicofísicas dos Alunos. São avaliados atributos como resistência, equilíbrio emocional, espírito de corpo, liderança, persistência, entre outros. Trata-se de uma etapa de alto desgaste físico e mental, cujo objetivo é identificar os indivíduos que, mesmo sob condições extremas, mantêm desempenho satisfatório (Ministério da Defesa, 2025).



Figura 2 Utilização de estímulos estressores na fase de seleção do CCFA

Fonte: Recuperado de

<https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/30986/PARA-SAR%20-%20Inicia%20a%20segunda%20fase%20do%20Curso%20de%20Comandos%20da%20For%C3%A7a%20A%C3%A9rea>.

c) Fase de Formação Técnica

Com os Candidatos já selecionados, esta etapa é focada na instrução técnica e operacional. São desenvolvidas competências específicas para atividade de Operações Especiais como a Ação Direta, observada no estudo feito para este a execução deste Artigo Científico. Além disso, são avaliadas características como organização, decisão, responsabilidade e criatividade. O treinamento abrange desde técnicas de rapel, natação utilitária e navegação terrestre, até combate corpo a corpo e operações com armamentos específicos (Ministério da Defesa, 2025).

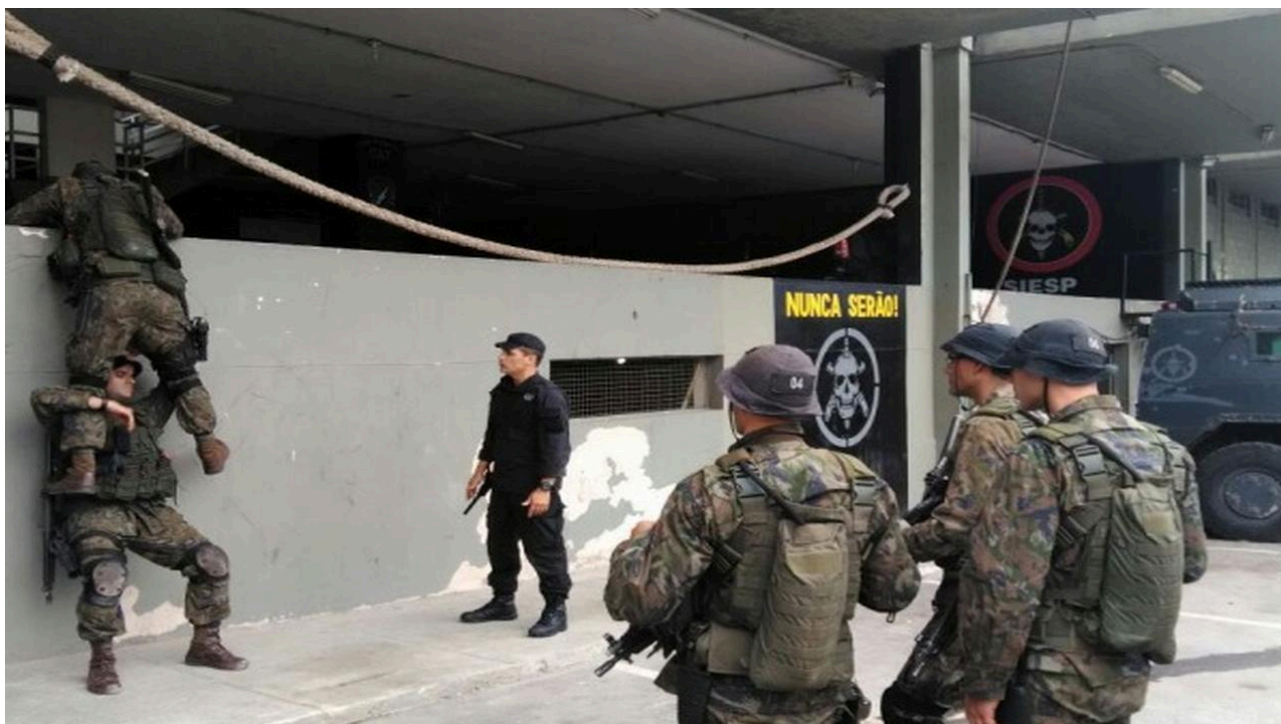


Figura 3 Treinamento ministrado aos Alunos pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE-RJ) na fase técnica do CCFA

Fonte: Recuperado de

<https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/31352/DIA%20DA%20INFANTARIA%20-%20Conhe%C3%A7a%20o%20Curso%20de%20Comandos%20de%20For%C3%A7a%20A%C3%A9re>.

3.3.3 O perfil do Operador Especial da FAB

Ao final do CCFA, espera-se que um militar de Operações Especiais da Força Aérea Brasileira reúna um conjunto de competências que vão além da aptidão física ou da técnica militar. Os atributos avaliados ao longo do Curso — como coragem, persistência, equilíbrio emocional, espírito de corpo e criatividade — compõem um perfil singular, baseado na capacidade de operar em ambientes extremos, tomar decisões sob pressão e liderar com eficácia.

Tais atributos estão diretamente relacionados aos objetivos formativos descritos no MCA 37-709, especialmente nos eixos que tratam da autonomia, da liderança tática e do discernimento ético.

Esse perfil corresponde ao conceito de competência multifacetada, que integra conhecimento, atitude, ética e ação. A formação proporcionada pelo CCFA, por meio de

experiências pedagógicas intencionais e sistemáticas, contribui para consolidar a identidade do Operador Especial como um profissional completo, apto a responder às demandas estratégicas mais complexas da Defesa Nacional.

Desde sua implementação, o paraquedismo militar contribuiu para o fortalecimento das capacidades estratégicas das Forças Armadas, especialmente pela sua versatilidade em cenários dinâmicos. De acordo com Perrenoud (1999), a competência é a capacidade de mobilizar recursos em contextos imprevisíveis. Assim, a prática paraquedista, ao exigir tomada de decisão sob pressão e adaptabilidade, torna-se um exemplo claro da aplicação desse conceito em ambiente militar.

A formação dos Operadores Especiais enfatiza tanto as competências operacionais (como saltos e técnicas táticas) quanto às competências comportamentais diante do (como liderança, disciplina e controle emocional). Esse equilíbrio permite a criação de um perfil profissional apto a lidar com os desafios contemporâneos do teatro de operações. Portanto, a implementação do CCFA representou um avanço expressivo na qualificação dos militares da FAB. Ao oferecer uma formação alinhada com os desafios contemporâneos, o Curso garante a prontidão e a excelência operativa de seus combatentes, fortalecendo a capacidade estratégica da Aeronáutica.

3.3.4 Impacto nas missões da Força Aérea Brasileira

A criação do Curso de Comandos da Força Aérea representou um avanço significativo no fortalecimento da capacidade operacional da Força Aérea Brasileira, ao institucionalizar uma formação especializada voltada para o preparo de militares capazes de atuar em contextos desafiadores, de elevada complexidade e sob condições adversas (Ministério da Defesa, 2018). O Curso responde a uma necessidade estratégica identificada pela FAB: a formação de tropas altamente qualificadas, com autonomia, resiliência, adaptabilidade e capacidade decisória em situações críticas (Ministério da Defesa, 2016).

Ao consolidar um processo formativo robusto, o CCFA contribuiu para ampliar a prontidão e a projeção de poder da FAB, oferecendo uma resposta efetiva às demandas contemporâneas de segurança e defesa. Em um cenário internacional marcado por ameaças assimétricas e a crescente imprevisibilidade das missões militares, o preparo de Operadores capazes de atuar com precisão e discernimento tornou-se essencial. O Curso, ao integrar treinamento técnico-operacional com fundamentos pedagógicos modernos, supre essa lacuna ao formar militares preparados para lidar com múltiplos tipos de operação (Perrenoud, 1999).

Além da capacitação física e tática, esse também promove uma formação integral que contempla os aspectos psicológicos, emocionais, éticos e cognitivos dos Candidatos. Essa abordagem amplia o conceito tradicional de adestramento militar e insere Operador em uma lógica de aprendizagem contínua e reflexão crítica sobre sua prática, reforçando o papel do combatente como agente estratégico e não somente como executor de ordens (Luckesi, 2005; 2011). Tal concepção é fortalecida por elementos como o feedback contínuo, a avaliação formativa e a simulação realística de cenários, recursos pedagógicos que elevam a qualidade do processo formativo.

O impacto do CCFA estende-se ainda ao plano institucional, ao consolidar uma cultura organizacional orientada para a excelência e para o desempenho em missões de alta exigência. Os Operadores formados pelo Curso tornam-se referências internas, multiplicadores de conhecimento e exemplo de conduta profissional, contribuindo diretamente para a elevação do nível técnico e humano da Força Aérea como um todo.

Dessa forma, pode-se afirmar que o Curso de Comandos da Força Aérea desempenha um papel crucial para a eficácia e a modernização das missões da FAB, ao formar militares preparados não somente para agir, mas para decidir, liderar e transformar realidades operacionais. Seu impacto transcende a dimensão individual e se manifesta na ampliação das capacidades institucionais da Força Aérea Brasileira frente aos desafios estratégicos do presente e do futuro.

3.4 AÇÕES DE FORÇA AÉREA EXECUTADAS PELO EAS

As Ações de Força Aérea representam os instrumentos por meio dos quais a Força Aérea Brasileira cumpre suas atribuições constitucionais e estratégicas no âmbito da defesa nacional, mediante a aplicação coordenada do poder aeroespacial. De acordo com a Doutrina Básica da Força Aérea, essas ações são caracterizadas pelo emprego de meios aeroespaciais e de Força Aérea para causar efeitos desejados, envolvendo ações cinéticas e não cinéticas em todos os domínios, e representam as Capacidades Operativas da FAB (Ministério da Defesa, 2024).

Tais ações compreendem o uso articulado de meios aéreos, terrestres e, eventualmente, marítimos, com o objetivo de alcançar efeitos militares específicos, tanto em tempos de paz quanto em situações de crise ou conflito armado (Ministério da Defesa, 2023). Conduzidas de acordo com a doutrina militar vigente, as Ações de Força Aérea não se limitam ao emprego de aeronaves, abrangendo também a atuação direta de Operadores Especiais altamente capacitados — como os

formados no Curso de Comandos da Força Aérea. Esses militares são empregados em missões de infiltração, sabotagem, designação de alvos, evacuação tática e outras operações em ambientes de acesso restrito, reforçando a projeção do poder aéreo em solo hostil (Ministério da Defesa, 2023).

Dessa forma, as Ações de Força Aérea expressam de maneira concreta os princípios da doutrina aeroespacial brasileira, configurando-se como elementos essenciais para a defesa da soberania nacional, a garantia de pronta resposta a cenários de calamidade pública e a efetiva participação nas operações conjuntas das Forças Armadas (Ministério da Defesa, 2023).

Conforme a DCA 1-1, as Ações de Força Aérea executadas pelo PARA - SAR são:

- Ação Direta;
- Contraterrorismo;
- Guiamento Aéreo Avançado (GAA);
- Reconhecimento Especial (Rec Esp);
- Search and Rescue (SAR); e
- Combat Search and Rescue (CSAR).

3.4.1 Ação Direta executadas pelo EAS

As Ações Diretas (Direct Action – DA) constituem uma das capacidades centrais das Operações Especiais, caracterizando-se por missões ofensivas de curta duração, conduzidas com elevado grau de precisão e risco, voltadas à neutralização de alvos específicos de alto valor tático, estratégico ou operacional. Envolvem infiltração discreta, ataque pontual e exfiltração segura, priorizando o uso da surpresa, da velocidade e da eficácia, em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis (Ministério da Defesa, 2013; JOINT CHIEFS OF STAFF, 2014).

O conceito de Ação Direta surgiu e evoluiu junto às Forças de Operações Especiais ao longo do século XX. Durante a Segunda Guerra Mundial, unidades como o Special Air Service (SAS), no Reino Unido, e o Office of Strategic Services (OSS), nos Estados Unidos, já executavam ataques cirúrgicos atrás das linhas inimigas. Posteriormente, na Guerra do Vietnã, as Forças Especiais norte-americanas e os Navy SEALs refinaram tais técnicas, empregando Ações Diretas em selvas densas e hostis. Com o avanço da tecnologia militar nas décadas de 1980 e 1990, o uso de armamento de precisão, visão noturna e meios aéreos de infiltração elevou a complexidade e a

letalidade dessas operações. Casos emblemáticos, como a operação que eliminou Osama bin Laden em 2011, ilustram o impacto estratégico desse tipo de missão (McRaven, 1996).

A doutrina brasileira, sintetizada no Manual de Emprego de Operações Especiais, define a Ação Direta como uma ofensiva de curta duração contra alvos de valor, realizada com clareza nos objetivos e com o fator surpresa como principal vantagem (Ministério da Defesa, 2013). O êxito dessas ações depende da articulação de múltiplos fatores, como planejamento detalhado, sigilo, superioridade técnica, integração de inteligência e domínio do terreno. Operadores envolvidos nesse tipo de missão são submetidos a uma formação rigorosa, que contempla combate aproximado, armamento especializado, navegação em ambientes hostis e adaptação rápida a cenários dinâmicos (McRaven, 1996).

No Brasil, as Ações Diretas foram incorporadas por unidades como o Comando de Operações Especiais do Exército (C Op Esp), o Grupo de Mergulhadores de Combate da Marinha (GRUMEC) e o Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento da Força Aérea, que adaptaram as táticas à sua doutrina, ambiente operacional e estrutura organizacional. No caso do EAS, embora a missão principal da unidade seja o resgate de pessoal em áreas hostis, a capacidade de realizar Ações Diretas mostra-se essencial para neutralizar ameaças, garantir a segurança das equipes e ampliar sua autonomia em território inimigo.

A atuação do PARA-SAR em Ações Diretas se manifesta, por exemplo, na interdição de posições inimigas, na destruição de obstáculos à missão de salvamento, no resgate de reféns e na neutralização de ameaças assimétricas. Sua formação multidisciplinar permite que a unidade opere tanto de forma autônoma quanto integrada a forças conjuntas ou interagências, ampliando significativamente sua flexibilidade e relevância no espectro estratégico da Força Aérea Brasileira (JOINT CHIEFS OF STAFF, 2014).

Além disso, a doutrina internacional reconhece a Ação Direta como uma das tarefas nucleares das Operações Especiais, exigindo interoperabilidade, prontidão elevada e capacidade de gerar efeitos estratégicos com o emprego de pequenos efetivos. A aplicação precisa de poder militar, com impacto desproporcional ao tamanho da força empregada, é uma das marcas desse tipo de operação (JOINT CHIEFS OF STAFF, 2014).

Em síntese, a Ação Direta representa uma das formas mais sofisticadas de emprego do poder militar moderno. No contexto do Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento, ela se consolida como ferramenta decisiva para a eficácia operacional, ampliando o espectro de atuação do PARA-SAR

para além do salvamento, conferindo-lhe a capacidade de intervir com discrição, letalidade e precisão cirúrgica nos mais diversos teatros de operações.

Dentre as Ações de Força Aérea, a Ação Direta será o foco central deste artigo científico. Essa atividade não se restringe ao contexto nacional, tendo suas origens nas Tropas de Operações Especiais dos Estados Unidos da América. Segundo a publicação Joint Publication 3-05:

Direct action entails short-duration strikes and other small-scale offensive actions conducted with specialized military capabilities to seize, destroy, capture, exploit, recover, or damage designated targets in hostile, denied, or diplomatically and/or politically sensitive environments. (Joint Publication 3-05, p. 10).

Onde se traduz:

A ação direta envolve ataques de curta duração e outras ações ofensivas de pequena escala conduzidas com capacidades militares especializadas para apreender, destruir, capturar, explorar, recuperar ou danificar alvos designados em ambientes hostis, negados ou diplomaticamente e/ou politicamente sensíveis. (Joint Publication 3-05, p. 10).

Durante a quarta edição do Exercício Conjunto (EXCON) Tápio 2021, a Ação Direta configurou-se como um dos principais focos operacionais no emprego das Forças de Operações Especiais, destacando-se como elemento fundamental para a interoperabilidade entre as Forças Armadas brasileiras e a Força Aérea dos Estados Unidos (USAF). Segundo o Comandante da Base Aérea de Campo Grande e Diretor do Exercício, Brigadeiro do Ar Clauco Fernando Vieira Rossetto, o maior desafio do exercício residiu em seu caráter conjunto e combinado, o que demandou a integração de diferentes doutrinas, técnicas e procedimentos entre a Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro e a Força Aérea Brasileira. Dentre as unidades envolvidas, ressaltam-se os Grupamentos de elite, como o Grupamento de Mergulhadores de Combate (GRUMEC), o Batalhão de Operações Especiais dos Fuzileiros Navais (Tonelero), o Comando de Operações Especiais do Exército e, em especial, o Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento (PARA-SAR), foco deste estudo, que

demonstraram elevado nível de adestramento, coordenação e capacidade de atuação em cenários operacionais complexos (CECOMSAER, 2021).



Figura 4 Ação Direta precedida de Infiltração Aeromóvel na Tápio 2021

Fonte: Recuperado de <https://www.fab.mil.br/noticias/imprime/37845/>.

3.4.2 As Competências em relação às Ações Diretas

A capacitação de Operadores Especiais no âmbito do Curso de Comandos da Força Aérea exige mais do que preparo físico e domínio técnico. Requer uma formação pautada no desenvolvimento de capacidades operacionais complexas, que articulem saberes teóricos, habilidades práticas e atitudes ético-profissionais em situações reais e adversas. Essa perspectiva formativa visa preparar o militar para atuar de maneira eficaz, autônoma e estratégica em missões de altíssimo risco, como as Ações Diretas desempenhadas pelo Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento.

Nesse sentido, segundo a DCA 1-1, as Ações de Força Aérea expressam o emprego coordenado dos meios da FAB para causar os efeitos desejados, exigindo a atuação de militares capazes de operar em todos os domínios — terrestre, aéreo, cibernético, espacial e informacional.

Tal demanda implica o domínio de capacidades operativas integradas, cuja efetivação depende diretamente das competências desenvolvidas em programas como o CCFA.

Tais tipologias de missões, por sua natureza cirúrgica e de alto impacto estratégico, exigem do Operador a mobilização de múltiplas dimensões de competência. No âmbito físico, destacam-se a resistência, a força funcional, a agilidade e a capacidade de deslocamento em terrenos hostis. No plano técnico, o domínio de técnicas de infiltração, uso de armamento de precisão, comunicações táticas, combate aproximado e operações noturnas. No campo cognitivo, a habilidade de análise situacional rápida, tomada de decisão sob pressão e aplicação precisa de regras de engajamento. Já no aspecto emocional, são fundamentais a resiliência, o controle do medo, a autoconfiança e a gestão do estresse operacional.

No contexto das Ações Diretas, a liderança descentralizada é uma exigência tácita. O Operador precisa tomar decisões autônomas, com discernimento tático, mesmo na ausência de ordens explícitas, garantindo o cumprimento da missão com segurança da equipe. Esse tipo de liderança emergente é fomentado durante o CCFA por meio de cenários que impõem dilemas operacionais e exigem coordenação em ambientes ambíguos e de alto risco.

Perrenoud (1999) conceitua competência como a capacidade de mobilizar recursos para resolver situações complexas, e essa definição se aplica perfeitamente ao ambiente das Operações Especiais. A competência, aqui, não é um atributo individual isolado, mas uma ação situada, construída pela interação entre o sujeito, o contexto e os objetivos da missão. Dessa forma, observa-se que os princípios delineados por Perrenoud são efetivamente aplicados no CCFA, cuja estrutura pedagógica propõe vai além do ensino técnico, buscando formar profissionais com discernimento ético, domínio emocional e iniciativa tática.

A metodologia do CCFA favorece essa formação ao utilizar simulações realísticas, privação de conforto, exaustão física e dilemas éticos, integrando a teoria com a prática de modo intencional. A avaliação, por sua vez, não é punitiva, mas formativa. Inspirada nos princípios de Luckesi (2005; 2011), ela promove feedbacks constantes, autoavaliação e revisão de condutas, criando um ciclo contínuo de aprendizagem e amadurecimento.

Em contexto prático, durante exercícios como o EXCON Tápio 2021, observou-se que os Operadores do PARA-SAR, ao atuarem integrados com outras forças, precisaram demonstrar habilidades de adaptação rápida a novas regras de engajamento, interoperabilidade doutrinária e ação conjunta sob comando unificado. Tais experiências exigem competências que vão além do

currículo formal, envolvendo ética profissional, flexibilidade comunicacional, visão sistêmica e gestão do risco político.

Nesse ponto, cabe destacar a contribuição de Pierry (2006; 2014), ao afirmar que a competência não se restringe ao desempenho técnico. Ela envolve a subjetividade do sujeito, sua identidade e sua vinculação simbólica com a missão. O Operador precisa agir com sentido, compreender o valor institucional de sua atuação e manter sua integridade mesmo diante de situações-limite. Isso é particularmente importante em Ações Diretas em ambientes politicamente sensíveis, como áreas urbanas com presença civil ou operações em coalizão internacional.

Além disso, os conhecimentos, habilidades e atitudes que são exigidos nas Ações Diretas estão diretamente relacionadas aos princípios operacionais clássicos de McRaven (1996): simplicidade, segurança, repetição, surpresa, velocidade e propósito claro. Cada um desses elementos exige do Operador uma capacidade específica para aquela situação— seja a capacidade de manter foco sob pressão, a precisão na execução, a disciplina em ambientes de incerteza, ou a compreensão imediata do objetivo da missão. No contexto do PARA-SAR, tais princípios não apenas orientam o planejamento, como também moldam a cultura operacional dos seus Operadores Especiais e, por esse motivo, são internalizados ao longo do CCFA mediante repetições táticas, estudo de caso e análise pós-ação.

Por fim, é importante reconhecer que o desenvolvimento de competências no CCFA também está relacionado ao conceito de competência invisível — ou seja, aquelas atitudes e percepções que não aparecem em quadros de avaliação, mas que determinam a eficácia real da atuação: ética silenciosa, coragem moral, empatia com a tropa, leitura do ambiente político e percepção de risco desproporcional.

Dessa forma, o CCFA não forma apenas executores de técnicas, mas Operadores estratégicos conscientes, que compreendem a complexidade da guerra moderna e são capazes de gerar efeitos precisos com forças reduzidas, conforme preconiza a doutrina de Op Esp. A excelência operacional demonstrada nas Ações Diretas do PARA-SAR é, portanto, reflexo direto da estrutura pedagógica, avaliativa e ética presente no Curso, consolidando a formação por competências como o alicerce indispensável da atuação do Operador Especial da Força Aérea Brasileira.

No capítulo seguinte, essas competências serão comparadas com os objetivos e conteúdos previstos nos documentos oficiais, a fim de identificar o grau de aderência entre a formação ofertada pelo CCFA e as demandas doutrinárias da DCA 1-1.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o Curso de Comandos da Força Aérea atende, de maneira eficaz, às exigências operacionais impostas pelas Ações Diretas atribuídas ao PARA-SAR. Sua abordagem pedagógica integrada, que alia treinamento técnico, físico e formação ética, está em conformidade com os desafios enfrentados por Operadores Especiais em missões de alta complexidade. Como sugestão, recomenda-se o fortalecimento da avaliação formativa e a incorporação de estudos de caso de missões reais, com vistas a aproximar ainda mais a formação da realidade do Teatro de Operações.

Ao longo desta pesquisa, foi possível constatar que o CCFA constitui-se como ferramenta estratégica para a formação de Operadores Especiais plenamente capacitados a atender às demandas das Ações Diretas executadas pelo Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento. A estrutura pedagógica e operacional do Curso revela um alinhamento coerente com a doutrina da Força Aérea Brasileira e com os fundamentos das Operações Especiais descritos no Manual de Operações Especiais (MCA 55-42), notadamente no que se refere ao emprego de pequenas frações em missões de alto risco, com precisão, discrição e eficácia.

Mais do que um treinamento técnico, o CCFA promove uma formação integral e multidimensional. A metodologia adotada contempla aspectos físicos, técnicos, táticos, cognitivos, emocionais e éticos, resultando em uma preparação abrangente. Tal abordagem está em consonância com os referenciais teóricos que embasam este estudo, como os de Philippe Perrenoud, ao ressaltar a importância da mobilização de saberes em contextos complexos; Cipriano Carlos Luckesi, ao defender a avaliação como instrumento formativo; e Felipe Pierry, ao destacar a relação entre competência, identidade e engajamento institucional.

Além da preparação prática, o Curso enfatiza o desenvolvimento da autonomia, da liderança, da resiliência e da tomada de decisão sob pressão — características indispensáveis ao Operador moderno. As fases do CCFA simulam com fidelidade as condições do Teatro de Operações, promovendo o raciocínio tático, a cooperação em equipe e o domínio emocional. Tais capacidades são coerentes com os princípios das Operações Especiais definidos por McRaven (1996), como propósito, repetição, simplicidade, surpresa, segurança e velocidade — pilares fundamentais para a obtenção da superioridade relativa em ambientes hostis.

O Curso também desempenha papel formador da identidade profissional do Operador do PARA-SAR, promovendo uma cultura de excelência e comprometimento institucional. Através da

integração entre prática operacional e fundamentos educacionais contemporâneos, o CCFA consolida-se como referência em formação de tropas altamente qualificadas e doutrinadas, sendo capaz de transformar um Aluno em um Operador Especial capaz de executar todos os tipos de missão. O Curso, quando termina, qualifica seus egressos não somente para cumprir ordens, mas para agir de forma estratégica, reflexiva e ética.

Como proposta prática deste estudo, elaborou-se uma tabela comparativa entre os conteúdos e competências previstas no Currículo Mínimo e no Plano de Unidade Didática do CCFA, em relação às Ações e Tarefas de Força Aérea atribuídas ao PARA-SAR pela DCA 1-1. Essa comparação busca evidenciar a convergência entre os documentos normativos e pedagógicos, bem como propor ajustes que possam fortalecer ainda mais a coerência entre a formação e o emprego operacional do Operador Especial da FAB.

Tabela 1 – Aderência entre as Ações de Força Aérea (DCA 1-1) e os Conteúdos Formativos do CCFA

Ação de Força Aérea atribuída ao PARA-SAR (DCA 1-1)	Competências Exigidas (DCA 1-1 e MCA 55-42)	Conteúdos Previstos no Currículo Mínimo e PUD do CCFA	Grau de Aderência	Observações
Ação Direta	<ul style="list-style-type: none"> - Precisão cirúrgica - Discernimento tático - Capacidade de infiltração e exfiltração - Combate aproximado sob pressão 	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicas de infiltração e evasão - Combate urbano/rural - Navegação terrestre e uso de armamento - Simulações sob estresse 	Alta	Foco explícito no CCFA; simulações realísticas favorecem o domínio operacional.

Contraterrorismo	<ul style="list-style-type: none"> - Neutralização de ameaças assimétricas - Ações em áreas urbanas sensíveis - Decisão rápida com impacto político 	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicas de CQB (Close Quarter Battle) - Treinamento com BOPE - Doutrina de regras de engajamento 	Média	Conteúdo parcialmente abordado; pode-se ampliar o foco doutrinário específico.
Reconhecimento Especial (Rec Esp)	<ul style="list-style-type: none"> - Observação e coleta de dados - Atuação furtiva e prolongada em terreno inimigo 	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicas de camuflagem, rastreamento e patrulha - Navegação e comunicações táticas 	Alta	Conteúdo bem contemplado; habilidades de infiltração e observação são treinadas.
Guiamento Aéreo Avançado (GAA)	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação de meios aéreos - Designação precisa de alvos - Operação conjunta com aeronaves 	<ul style="list-style-type: none"> - Comunicação rádio - Integração com vetores aéreos - Noções de GAA na fase técnica 	Média-Baixa	Necessita reforço de doutrina específica; conteúdo aparece apenas de forma transversal.
Search and Rescue (SAR)	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de resgate - Mobilidade rápida - Sobrevivência e primeiros socorros 	<ul style="list-style-type: none"> - Treinamento em resgate em ambientes hostis - Natação utilitária - Atendimento pré-hospitalar 	Alta	Parte estrutural do curso; alinhamento total com a missão histórica do EAS.

Combat Search and Rescue (CSAR)	<ul style="list-style-type: none"> - Resgate sob fogo - Operações noturnas - Coordenação com forças conjuntas 	<ul style="list-style-type: none"> - Simulações de CSAR - Emprego em zona de combate - Técnicas de extração sob risco 	Alta	Simulações realísticas e integração com demais forças elevam a aderência.
---------------------------------	--	--	------	---

Fonte: elaboração própria com base nos estudos feitos.

Dessa forma, conclui-se que o CCFA, em sua estrutura atual, proporciona de maneira eficaz o desenvolvimento das competências necessárias para o cumprimento exitoso das missões de Ação Direta atribuídas ao Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento. O Curso representa uma síntese bem-sucedida entre doutrina militar, pedagogia crítica e preparo técnico, refletindo o compromisso da Força Aérea Brasileira com a prontidão, a segurança e a superioridade em cenários operacionais cada vez mais desafiadores.

REFERÊNCIAS

CLANCY, Tom. **Special Forces: A Guided Tour of U.S. Army Special Forces**. New York: Berkley Publishing Group, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INCAER. Instituto Artístico e Histórico da Aeronáutica. **Charles Astor: Pioneiro do Paraquedismo no Brasil**. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www2.fab.mil.br/incaer/images/eventgallery/instituto/Opusculos/Textos/opusculo_charles_astor.pdf. Rio de Janeiro: INCAER, 2015.

INCAER. Instituto Artístico e Histórico da Aeronáutica. **Homens de Honra: A história do PARA - SAR**. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www2.fab.mil.br/incaer/images/eventgallery/instituto/Opusculos/Textos/opusculo_PARASAR.pdf. Rio de Janeiro: INCAER, 2019.

JOINT CHIEFS OF STAFF. Joint Publication 3-05: **Doctrine for Joint Special Operations**. Washington, D.C.: DoD, 2014. p. 10. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://irp.fas.org/doddir/dod/jp3-05.pdf>. Acesso em: 10 mai 2025.

LEAL, Douglas Silva Oliveira. **O emprego do salto HALO/HAHO nas operações especiais da FAB**. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Exército Brasileiro, 2017.

LISBOA, Rodney. **Operações Especiais - Abordagens sobre as ações militares não convencionais**. São Paulo: Griffos, 2022.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da avaliação educacional**. São Paulo: Cortez, 2011.

MCRAVEN, William H. **Spec Ops: Case Studies in Special Operations Warfare: Theory and Practice**. New York: Presidio Press, 1996.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. **Manual de Emprego de Operações Especiais – EB60-MC-10.211**. Brasília, DF, 2013.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Comando da Aeronáutica. **DCA 1-1 Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira**. Brasília, DF, 2024.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Comando de Preparo da Aeronáutica. **ICA 37-708 Manual de Instrução para o Curso de Comandos da Força Aérea**. Brasília, DF, 2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento. **ROCA 21-57 Regulamento do Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento**. Rio de Janeiro, RJ, 2023.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento. **Caderno de orientação para o Candidato ao Curso de Comandos de Força Aérea**. Campo Grande, MS, 2025.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Centro de Comunicação Social da Aeronáutica. **Exercício Conjunto Tápio 2021 é encerrado com mais de 800 horas de voo**. Força Aérea Brasileira, 04 set. 2021. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/imprime/37845/>. Acesso em: 14 maio 2025.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Comando-Geral de Operações Aéreas. **MCA 55-42 Manual de Operações Especiais**. Brasília, DF, 2016.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Comando de Preparo da Aeronáutica. **MCA 37 - 709 Plano de Unidades Didáticas do Curso de Comandos de Força Aérea**. Brasília, DF, 2024.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Comando-Geral de Operações Aéreas. **ICA 37 - 708 Currículo Mínimo do Curso de Comandos de Força Aérea**. Brasília, DF, 2018.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIERRY, Felipe. **Seleção por competência: O processo de identificação de competências individuais para recrutamento e seleção e desenvolvimento de pessoal**. 2. ed. São Paulo: Vetor, 2006.

PIERRY, Felipe. **Educação, subjetividade e formação**. Campinas: Papirus, 2014.

PINHEIRO, Álvaro de Sousa. **A nova ordem mundial, o conflito de 4ª geração e as forças de operações especiais do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

PINHEIRO, Álvaro de Sousa. **Knowing your partner: the evolution of Brazilian special operations forces**. JSOU Report (12-7), p. 77-81, 2012.

ROTTMAN, Gordon L. **U.S. Special Warfare Units in the Pacific Theater, 1941–45**. Oxford: Osprey Publishing, 2005.

URBAN, Mark. **Task Force Black: The Explosive True Story of the SAS and the Secret War in Iraq**. New York: St. Martin's Press, 2010.